

Licença-paternidade terá prazo provisório de 5 dias

BRASÍLIA — Promulgada a nova Constituição, todos os trabalhadores terão direito a cinco dias de licença após o nascimento de seus filhos. No primeiro turno, o plenário havia fixado a duração da licença-paternidade em oito dias, mas esse prazo foi alterado ontem, depois de um acordo de lideranças. Os líderes resolveram fixar o princípio da licença-paternidade no corpo permanente da Constituição e aprovar, nas Disposições Transitórias, a duração de cinco dias para o benefício, até que seja votada lei regulando-o.

"Considero uma boa solução. Fui convencido de que ficou até melhor do que minha proposta original de oito dias. O princípio se manteve, assim como os cinco dias, que podem ser ampliados na lei, caso a mulher ou a criança necessitem", disse o deputado Alcení Guerra (PSDB-PR), autor da emenda que criou a licença-paternidade.

Média — No primeiro turno, menos de três meses depois do nascimento de Ana Sofia, seu quarto filho, Alcení conseguiu, com um discurso emocionado, levar o plenário a aprovar a licença por ampla maioria. Ao relatar o difícil parto e as dificuldades de recuperação de sua mulher Ângela, Alcení, que é médico pediatra, arrancou lágrimas de muitos parlamentares.

Ninguém acreditava na vitória da proposta, e houve um susto quando ela passou. Vieram as chacotas, mas a idéia pegou. O próprio Ulysses Guimarães que, antes da votação da emenda de Alcení, havia feito uma brincadeira de mau gosto, da qual se retrataria, comentou com a mulher do deputado: "Seu marido é fogo. Não se pode brincar com ele".

Alcení optara pelos oito dias a partir de uma média entre o prazo de cinco dias que o Banco do Brasil concede a seus funcionários, e os 12 dias dados por algumas empresas estatais, como a Petrobrás. Como médico, Alcení justificou o prazo como o tempo necessário para a recuperação da parturiente.

Nenhuma Constituição no mundo, porém, trata do assunto. Esse foi um dos principais argumentos de quem defendeu a remissão do item para a lei comum. A Bélgica e a Espanha, por exemplo, prevêem licença de apenas dois dias, enquanto a Suécia concede dez dias. A Dinamarca tem uma situação intermediária: o pai ou a mãe tem direito de até seis semanas para cuidar do recém-nascido. Em todos os casos, a licença é remunerada.

Plenário é generoso com trabalhador

O grupo conservador da Constituinte, ligado ao Palácio do Planalto, foi o grande derrotado na tumultuada sessão de ontem. Ao votar sucessivamente uma série de pontos polêmicos do projeto constitucional, nos quais não houve acordo, o plenário manteve os direitos trabalhistas, duramente combatidos pelos empresários e o governo.

De pé, aplaudindo entusiasmada, a ala progressista comemorou a manutenção do princípio da licença-paternidade, da jornada máxima de seis horas para o trabalhador em turnos e do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. "É mais fácil fazer uma Constituição às vésperas de eleições. Todos ficam mais generosos", comentou o deputado Paulo Delgado (PT-MG).

O primeiro sintoma da derrota do governo veio com a votação do artigo que garante a aplicação imediata de todos os direitos constitucionais a partir da promulgação da nova Constituição. Sem acordo entre os líderes partidários para alterar ou minimizar o princípio, o deputado José Lourenço (BA), líder do PFL, esbravejou, pedindo que sua bancada deixasse o plenário. Foi uma tentativa de obstruir a votação pela falta de quorum

(são necessários 280 constituintes por votação).

Cerca de 90 parlamentares obedeceram a Lourenço. O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, e o do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, seguiram Lourenço. "É claro que o PFL e o governo não querem uma nova Constituição", provocou o deputado Brandão Monteiro (RJ), líder do PDT. A crônica surtiu resultados. Ao serem revelados os votos no painel eletrônico, a auto-aplicação dos direitos foi referendada por 326 votos contra 26 e 12 abstenções. Irritado, Lourenço demorou mais de uma hora para voltar ao plenário.

Ao ser encerrada a votação dos pontos relativos aos direitos individuais, os conservadores ainda tentaram se reabilitar, para riscar da nova Constituição itens dos direitos sociais. Mas uma derrota. Novamente, o PFL e os coordenadores do Centrão tentaram esvaziar a bancada conservadora. Usando de pulso firme, o deputado Ulysses Guimarães iniciou a votação de jornada seis horas e, em seguida, da licença-paternidade.

Os pontos aprovados no capítulo dos Direitos Individuais prevêem o seguinte:

Prisão — Ninguém poderá ser preso sem autorização judicial. As exceções ficam para o flagrante delito e para as transgressões militares.

Cartórios — Apenas os "reconhecidamente pobres" terão acesso aos serviços cartoriais gratuitamente.



□ Ao chegar à tarde ao plenário da Constituinte, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) foi cercado por companheiros e cumprimentado por sua indicação para o Ministério da Indústria e Comércio (na foto, ele ouve o deputado Milton Reis — PMDB-MG). Menos de uma hora mais tarde, parlamentares assediaram novamente Robertão e lhe pediram que confirmasse a nomeação. Ele respondeu: "Não sei, até agora ninguém me disse nada". Fontes do Palácio do Planalto asseguraram que o nome do novo ministro da Indústria e Comércio sai hoje

Empresário reivindica direito de greve menor

PORTO ALEGRE — A limitação ao direito de greve é a principal reivindicação dos dirigentes das associações comerciais de todo o país, que vão intensificar seus contatos junto aos constituintes nos próximos dias, visando a reverter alguns itens que preocupam o empresariado. A recomendação é do presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, que se reuniu em Porto Alegre com 16 presidentes de federações do comércio para avaliar o andamento da Constituinte.

Temporal admitiu que os empresários foram surpreendidos com a rapidez com que se aprovaram alguns direitos trabalhistas na última terça-feira. Isso torna necessário se alterar a estratégia do lobby programado para a ação na Constituinte. Daqui em diante, os empresários tentarão influenciar na decisão sobre o direito de greve e o direito de exploração de minérios, além de outros itens.

O dirigente ressaltou que espera "o reconhecimento das lideranças trabalhistas para o potencial de conflito no direito irrestrito de greve, que se pode transformar em poderoso instrumento de ação política, transformando sindicatos em mini partidos políticos". Temporal acredita que, "se houver acordo entre todos os partidos, existe a possibilidade de se encontrar um texto adequado para esse ponto".

Desarticulação — O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federsul), César Rogério Valente, apontou a falta de articulação do empresariado como causa da aprovação do artigo que rege a proibição da demissão imotivada. Para ele, "havia tantas alternativas para a substituição do artigo que nenhuma foi aprovada".

Na reunião com os demais dirigentes de associações comerciais, Valente propôs a criação de uma fundação de estudos empresariais, "visando à sedimentação dos princípios e à reeducação do empresariado para o enfrentamento preciso de dificuldades da política econômica".

Em discurso durante o almoço comemorativo, Valente conclamou os empresários a exigirem que "os governos atuem dentro de seus limites e obrigações, sem a concessão de privilégios ou impunidade, para que os empresários sejam livres e assumam os riscos do capitalismo". Ele pregou também "a eliminação de moratórias, anistias e outras formas de socializar prejuízos, deixando que a eficiência e a produtividade sejam os únicos meios de promover o desenvolvimento social".



Amaury Temporal